



TRAJETÓRIA SÓCIOESPACIAL DA COLÔNIA AGRÍCOLA KANEGAE, RIACHO FUNDO I/DF: CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL (1956 A 1987)¹.

Dra. Edilene Américo Silva²
Lívia Maria Viana Farias³

RESUMO

Este estudo trata dos resultados parciais do projeto de pesquisa em desenvolvimento junto à Colônia Agrícola Kanegae (CAK), localizada na área rural da Região Administrativa XVII (RA XVII), do Riacho Fundo I, Distrito Federal. Objetivou investigar a trajetória socioespacial da CAK pelo processo de análise das dimensões temporal e espacial identificando os elementos e episódios significativos que contribuíram na sua Estruturação passada e Consolidação, no período de 1957 a 1987. Como corpos teóricos básicos utilizou-se os conceitos de trajetória socioespacial (PINTO, 2009); periodização espaço-temporal (SANTOS, 2002); eventos (SANTOS, 2012); estruturação e reestruturação espaço-temporal da paisagem capitalista (SOJA, 1993). Os passos metodológicos foram: revisão bibliográfica; observações de campo; mapeamento do território; entrevistas semiestruturadas; e sistematização dos dados coletados. Os resultados indicam que nas décadas de 1957 a 1967, origem da ocupação do território da CAK, a hegemonia dava-se pelo desenvolvimento de atividades rurais com produção agrícola destinada ao abastecimento local e de Brasília. Nos anos de 1967 a 1987 houve a consolidação desta função intrarural. Entretanto, nos dez anos seguintes, iniciou-se um processo acelerado de crescimento urbano, sem planejamento, ligado à periferação urbana de Brasília. Essas novas estruturas avançaram caoticamente sobre os territórios produtivos estabelecendo disputas e tensões de interesse entre a população originariamente assentada, os novos recém residentes, e a gestão pública. Verifica-se uma sobreposição de usos do solo e embora a CAK permaneça com o *status* de área rural, avança a implantação de condomínios residenciais (ir)regulares e outras estruturas urbanas associadas que avançam velozmente sobre os territórios agrícolas originários.

Palavras chaves: Colônia Agrícola Kanegae, trajetória socioespacial, Riacho Fundo I, Brasília.

RESUMEN

Este estudio aborda los resultados parciales del proyecto de investigación en desarrollo en la Colonia Agrícola Kanegae (CAK), ubicada en el área rural de la XVII Región Administrativa (RA XVII), de Riacho Fundo I, Distrito Federal. El objetivo fue indagar en la trayectoria

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq (Edital 36/2019), no âmbito do Grupo de Pesquisa Geografia, Território, Ensino e Cerrado (GEOTECER) do Instituto Federal de Brasília, *campus* Riacho Fundo.

² Professora do IFB e pesquisadora do GEOTECER, edilene.silva@ifb.edu.br

³ Bolsista PIBIC do GEOTECER; livia.farias@estudante.ifb.edu.br / livia234farias@gmail.com



socioespacial de CAK a través del proceso de análisis de las dimensiones temporal y espacial, identificando los elementos y episodios significativos que contribuyeron a su Estructuración y Consolidación pasada, en el período 1957 a 1987. Como cuerpos teóricos básicos, se utilizaron conceptos de trayectoria socioespacial (PINTO, 2009); periodización espacio-temporal (SANTOS, 2002); eventos (SANTOS, 2012); estructuración y reestructuración espacio-temporal del paisaje capitalista (SOJA, 1993). Los pasos metodológicos fueron: revisión de la literatura; observaciones de campo; mapeo del territorio; entrevistas semi-estructuradas; y sistematización de los datos recopilados. Los resultados indican que en las décadas de 1957 a 1967, origen de la ocupación del territorio del CAK, la hegemonía estuvo dada por el desarrollo de actividades rurales con producción agrícola destinada al abastecimiento local y Brasilia. De 1967 a 1987, esta función intrarural se consolidó. Sin embargo, durante los siguientes diez años, se inició un proceso acelerado de crecimiento urbano, sin planificación, vinculado a la periferia urbana de Brasilia. Estas nuevas estructuras avanzaban caóticamente sobre los territorios productivos, estableciendo disputas y tensiones de interés entre la población originariamente asentada, los nuevos pobladores y la administración pública. Existe una superposición de usos del suelo y aunque el CAK permanece con el estatus de área rural, avanza la implementación de condominios residenciales (ir)regulares y otras estructuras urbanas asociadas que están avanzando rápidamente sobre los territorios agrícolas originales.

Palabras clave: Colonia Agrícola Kanegae, trayectoria socioespacial, Riacho Fundo I, Brasilia.

INTRODUÇÃO

“O desenvolvimento capitalista precisa negociar uma margem estreitíssima entre a preservação dos valores dos compromissos passados, assumidos num lugar e num tempo específicos, ou sua desvalorização, a fim de abrir um novo espaço para a acumulação”.
(Harvey, 1985, 150).

O presente estudo apresentará resultados parciais da pesquisa que investiga as transformações ocorridas no espaço intrarural da Colônia Agrícola Kanegae/CAK no Riacho Fundo I, Distrito Federal (DF) entre os anos de 1956 a 2020. Com base em uma proposta de periodização espaço-temporal, buscou-se analisar como este núcleo rural sofreu metamorfoses em um período reduzido. Surgiu em 1957 no contexto de criação de Brasília através das aspirações políticas de criação dos cinturões verdes voltados à produção de alimentos para a população da capital do país, em implantação.

Os resultados aqui apresentados correspondem aos períodos das décadas de 1957 a 1967; e 1967 a 1987. No primeiro período a hegemonia dava-se por atividades rurais com produção, em base familiar, destinada ao abastecimento local e de Brasília. No segundo momento, houve a consolidação da função agrícola intrarural, por meio de uma articulação econômica predominantemente rural. O debate acerca da estruturação espaço-temporal da CAK, no interior da influência urbana de Brasília, traz à tona a necessidade



de empreender reflexões verticais e englobadoras da problemática rural, que parta tanto do todo para as partes, como do local para o geral.

Existe uma forte ligação entre formação social e produção espacial. Trazendo para o exemplo da CAK, ela está inserida em uma realidade geral ou totalizante, cadenciada pelos modos de produção, que sedimentam processualmente transformações na sua ordem temporal. A formação social da CAK, fruto da organização dos modos de produção, integra-se ao espaço particular, local ou vivenciado, sendo ela a modeladora direta do espaço da comunidade, e este espaço mediante sua estrutura local/geral condiciona as ações das formações sociais. Na tentativa de discutir as transformações na organização socioespacial da CAK, esse trabalho tem como finalidade empreender a investigação espaço-temporal à luz da periodização espaço temporal (PINTO, 2009).

Neste sentido, pretende-se dar destaque à escala local da Colônia Agrícola Kanegae/CAK e aos elementos voltados à sua produção socioespacial. Atualmente a CAK é um fragmento, parte de um todo urbano legalmente vinculado ao Riacho Fundo I mas pressionada ainda pela expansão urbana de outras duas Regiões Administrativas do DF: o Riacho Fundo II; e o Núcleo Bandeirante (este, será objeto de investigação futura).

No momento, se pretende dedicar ao estudo do espaço intrarural da Kanegae, com mais precisão, materializando a construção da pesquisa de modo a transitar pelas múltiplas escalas de interpretação: partir da escala de Brasília, passando brevemente pelo recorte das Regiões Administrativas, chegando ao intrarural da Colônia Agrícola Kanegae tendo ao final o retorno rápido às determinações da escala de Brasília, com visão de conjunto do processo, conforme estratégia de análise proposta por Pinto (2009).

O presente estudo objetivou investigar a trajetória socioespacial da Colônia Agrícola Kanegae pelo processo de análise das dimensões temporal (perspectivas históricas) e espacial (representações espaciais) identificando os elementos (períodos) e episódios (história) significativos que contribuíram na sua Estruturação passada e Consolidação.

A relevância desse estudo refere-se à escala intrarural da CAK, mais especificamente aos elementos voltados à sua produção socioespacial. Na atualidade inexistente produção científica sobre a CAK, menos ainda com abordagem intrarural.



METODOLOGIA

Procedeu-se, inicialmente, com uma revisão bibliográfica conceitual que possibilitasse uma análise integradora e interescalar da CAK no contexto de expansão urbana de Brasília. Destarte, como estratégia metodológica, realizou-se com uma periodização do recorte temporal em dois momentos distintos, porém interdependentes: o primeiro foi de 1957 a 1967; e o segundo foi de 1967 a 1987. Em cada período identificou-se eventos significativos da sua história, procedendo-se com a análise das perspectivas históricas e das representações espaciais que contribuíram na sua Estruturação (de 1957 a 1967) e Consolidação (de 1967 a 1987).

Utilizou-se os fundamentos da trajetória socioespacial enquanto percurso realizado pelos atores daquele dado momento, que sofrem as mais diversas interferências de seu tempo (PINTO, 2009). Esta trajetória pode ter sua estrutura pré-existente modificada ou redirecionada a partir de alguma intervenção política, econômica ou social, dos atores sociais, em dado tempo e espaço. Nasce daí a proposta de “percorrer a trajetória do espaço ao longo do tempo, justificando sua dinamicidade, suas deformidades e suas distintas funções” (PINTO, 2009, p. 72).

Outra abordagem acessada foi a de espaço-temporal, de Santos (2002), em que as representações espaciais (fixos e fluxos) constituintes da CAK nos momentos de Estruturação e Consolidação territorial, foram forjadas resultantes dos eventos, nos diferentes períodos históricos. Para o autor, há eventos naturais e eventos sociais ou históricos. Os primeiros resultam do próprio movimento da natureza e o segundo são produto da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais; o movimento da sociedade é quem comanda. Representativos destes teve-se a implantação da CAK, a chegada da primeira estrada, a criação da cooperativa local. Os eventos “mudam as coisas, transformam os objetos dando-lhes novas características; os eventos são fatos, mas também ideias” (SANTOS, 2012, p. 148).

Para o expoente, os eventos históricos superpõem a ação humana; infere-se, por tanto, que evento e ação são sinônimos. Tais conceitos dialogam, por tanto, com a noção de trajetória socioespacial pois nesses percursos, há eventos promovidos pelos distintos atores. É nesse cerne que nossa reflexão avança pois, na CAK, diferentes eventos promovidos pelos diversos atores sociais, em períodos distintos, têm transformado a sua trajetória socioespacial e esses eventos tentarão ser capturados com a proposta de periodização espaço-temporal (SANTOS, 2012).

Para o entendimento da estruturação e reestruturação territorial da CAK acessou-se a discussão feita por Soja (1993). Ele adverte que a organização do espaço capitalista resulta de eventos, nos diversos períodos históricos, que levam à estruturação e reestruturação espaço-temporal da paisagem capitalista.



Segundo o autor, a organização do espaço é um produto social e, nessa perspectiva, o que passa a ser importante é a relação entre esse espaço, criado e organizado, e as demais estruturas resultantes, dentro de determinado modo de produção. Esse espaço constitui-se de diversas paisagens geográficas produto dos processos históricos de estruturas e reestruturas com fins de reprodução do capital.

A reestruturação transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Pode-se descrever essa freada-e-mudança como uma reestruturação temporal-espacial das práticas sociais (SOJA, 1993).

Para a construção dessa periodização procedeu-se com as atividades práticas de: observações de campo; registro fotográfico; e a realização de entrevistas com os atores sociais (mais antigos residentes no local) para levantamento da história oral.

As entrevistas, semiestruturadas e abertas, foram realizadas de forma oral e individual. As perguntas e o roteiro constaram de perguntas voltadas ao levantamento de dados e informações, acerca do momento de planejamento e implantação da CAK, em 1956; do processo de Estruturação, de 1957 a 1967; e da Consolidação, 1967 a 1987. A estrutura dos questionários, em tópicos orientadores, resultou tanto da problemática da pesquisa quanto do perfil do(a) entrevistado(a) (COLOGNESE & MÉLO, 1998).

Os dados e informações foram insumos para a sistematização e a produção deste artigo, e também, para a elaboração de dois mapas com a espacialização do limite geográficos da CAK e os seus respectivos usos territoriais. Os mapas foram produzidos no programa *ArcGis* e, em seguida, formatados no *PowerPoint* 2016. No próximo tópico será indicado o referencial teórico que orientou o percurso de investigação do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

As leituras permitiram proceder com a análise territorial da CAK em uma perspectiva problematizadora, integrada e interesalar no contexto da cidade de Brasília, a sua construção e posterior expansão urbana, nos anos seguintes. Neste sentido o conceito de configuração territorial ganha relevo.

Para Santos (1988), configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; é portanto, um todo formado pelos sistemas naturais e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. Logo, os objetos



naturais (lagos, rios, planícies, montanhas, florestas etc.) e artificiais (áreas agrícolas, barragens, açudes, ruas, rodovias, ferrovias, residências, comércios etc.) existentes em uma dada região irão formar a sua configuração territorial. Por tanto, o conjunto de todas essas coisas, arranjadas em sistema, conforma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território.

A configuração territorial é sempre um sistema, uma totalidade ainda que inerte e a sua realidade vem de sua materialidade. É um todo em que os fragmentos (objetos naturais e artificiais) que a compõem são utilizados em função dessa totalidade. Por tanto, ela é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível (SANTOS, 1988).

A configuração territorial ou configuração geográfica tem, pois, uma existência material própria, mas sua realidade social, ou seja, sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. A configuração territorial da CAK expressa-se, hoje, pelos territórios produtivos trabalhados por famílias, nos moldes da agricultura familiar. Nas chácaras predominam os cultivos de hortaliças, algumas frutíferas e, em alguns casos, a criação de galinhas. As residências dos chacareiros (de origem nipônica) são estrategicamente localizadas, confortáveis e simples; entretanto, as moradias dos trabalhadores assalariados ou meeiros, que também atuam na produção agrícola local, são pequenas, pouco ventiladas e desconfortáveis. Na figura 1 tem-se uma visão panorâmica de alguns usos territoriais na CAK.

Tem-se ainda como expressão da configuração territorial as estradas, as chácaras, a escola, a igreja, comércios, o córrego Riacho Fundo e vários condomínios residenciais, instalados a partir de 1990, resultante do parcelamento e comercialização das terras que até então eram destinadas apenas a agricultura. A expressão do avanço da urbanização de Brasília é verificada na CAK onde se observam tensões e disputas entre os atores sociais que se interessam pelo desenvolvimento da agricultura e os demais que escolhem a urbanização e o conseqüente adensamento do solo.

O espaço geográfico é o resultado de um matrimônio ou um encontro entre a configuração territorial e a sociedade. Ele é a totalidade verdadeira resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. No curso do tempo, podem as formas permanecerem as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento



a mesma configuração territorial nos oferecem espaços diferentes, no transcurso histórico (SANTOS, 1988).

Figura 1 – Agricultura, residências, escola e vias de acesso na CAK.



Fonte: SILVA, E. A. (2020).

Para o consagrado autor, o espaço é formado de fixos e de fluxos. Os fixos são os instrumentos de trabalho, as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens, que nos dão o processo imediato do trabalho. Outros fixos podem ser também os comércios; estradas, escolas; condomínios residenciais; plantações, entre outros. Cada tipo de fixo, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar e surgem com suas características técnicas e organizacionais que vai corresponder a uma tipologia específica de fluxos (SANTOS, 2002).

Os fluxos são o movimento, a circulação; são um resultado (in)direto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor ao mesmo tempo em que também se modificam (SANTOS, 2002). Infere-se assim que um objeto geográfico é um fixo, é um objeto técnico, mas também é um objeto social. Esses objetos criam massas que se movem por meio de fluxos resultantes de fenômenos sociais, econômicos ou políticos. Por tanto, fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente (SANTOS, 1988). Hoje os fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo e os fluxos são mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2002).

No curso do tempo, de sua produção intelectual, Santos (2002) avançou em sua hipótese de trabalho até concluir que “o espaço geográfico é um conjunto indissociável,



solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (p. 63)

Para Raffestin (1993), o espaço é apropriado por atores sociais, territorializado e produzido por estes mesmos atores, que lhe transforma por meio da intervenção técnica diferenciada ao longo do tempo. Nesse sentido, “trajetória socioespacial é um percurso realizado pelos atores daquele dado momento, que sofrem as mais diversas interferências de seu tempo” (PINTO, 2009, p.72).

Nessa perspectiva, a trajetória socioespacial pode ter sua estrutura pré-existente modificada ou redirecionada a partir de alguma intervenção política, econômica ou social dos atores sociais, em dado tempo e espaço. Nasce daí a proposta de “percorrer a trajetória do espaço ao longo do tempo, justificando sua dinamicidade, suas deformidades e suas distintas funções” (PINTO, 2009, p. 72).

Em outro momento Santos (2002), mostra que a ideia de eventos é mais apropriada que de coisas: o mundo é constituído pela totalidade de eventos e não de coisas. Os eventos “mudam as coisas, transformam os objetos dando-lhes novas características; os eventos são fatos, mas também ideias. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (SANTOS, 2002, p. 148).

Pelo exposto, a noção de trajetória socioespacial ganha maior significado pois o que interfere no seu percurso são os eventos promovidos pelos distintos atores. É nesse cerne que a reflexão quer chegar, pois na Colônia Agrícola Kanegae, diferentes eventos promovidos pelos atores sociais têm transformado a sua trajetória socioespacial. Esses eventos tentarão ser capturados com a proposta de periodização espaço-temporal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O capitalismo luta perpetuamente por criar uma paisagem social e física à sua própria imagem, e indispensável para suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo”. (Harvey, 1985, 150).



O marco legal que deu início ao processo de ocupação das terras do Distrito Federal foi a Lei nº 2.879, de 19 de setembro de 1956, que dispunha sobre a mudança da Capital Federal para a região do Planalto Central. Para a edificação de Brasília e o estabelecimento do seu quadrilátero geodésico, o Distrito Federal (DF), foram desapropriadas 108 fazendas localizadas nas cidades goianas de Luziânia, Planaltina e Formosa, ao que totalizou 580 mil hectares (CODEPLAN, 2015). Deste todo, mais de 421 mil hectares foram considerados área rural.

A partir dos anos de 1960, a construção de Brasília também mobilizou a ocupação da área rural do perímetro, do seu entorno. Na primeira década, o número de estabelecimentos rurais, no DF, aumentou cerca 600% (ROCHA, 1992). Para o autor, 23,6% da área então ocupada pelos estabelecimentos rurais foram desapropriadas, pelo Estado, com fins de arrendamento aos que desejassem produzir alimentos agrícolas voltados ao abastecimento da população de Brasília.

“Esta agricultura, segundo estes legisladores, deveria partir de uma atividade agrícola intensa, alcançando a regularização da posse da terra para evitar ocupações irregulares e direcionando a distribuição da terra em um número maior de estabelecimentos com tamanho limitado”. (Rocha, 1992, p. 53).

Essa perspectiva de ocupação fez surgir os Núcleos Rurais por meio da distribuição de terras conforme os critérios das Colônias Agrícolas, que compreendiam projetos em áreas menores e sem a infraestrutura de apoio planejada para os núcleos (ROCHA, 1992). Para Albuquerque (1955), a proposta das Colônias Agrícolas e Núcleos Rurais, como polos produtivos destinados a alimentar a população da nova capital, veio no bojo da implantação do DF:

“A interiorização da Capital da República, resolvida pelo nosso Congresso, através da Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, demanda múltiplas providências, entre as quais avulta a do planejamento da colonização e da produção”. (p. 127).

A proposta inicial de organização da futura capital federal foi baseada em um modelo inglês de descentralização metropolitana e dispunha que esta seria formada por dois anéis em volta do núcleo piloto (DERNTL, 2020). Um primeiro anel seria destinado



às atividades agrícolas – formando um cinturão-verde – e às cidades-satélites. Já no segundo estaria localizado as diversas atividades industriais.

Esta conformação impediria que toda a população se voltasse para o centro dos anéis, visto que a principal parte das atividades econômicas estaria fora dele. Foi justamente neste cinturão-verde que se teve a instalação de diversas Colônias Agrícolas, destinadas à produção de alimentos do DF (FERREIRA, SILVA e SANTOS, 2021). Nos moldes das Colônias Agrícolas Nacionais, implantadas na década de 1940, no contexto de adensamento da ocupação do território nacional (FERREIRA, 2016), estas colônias seriam responsáveis por assegurar a produção de hortaliças, legumes, frutas e demais alimentos de origem animal de pequeno e médio porte (aves e suínos) principalmente. Os cinturões verdes estariam localizados, em sua maioria, na bacia hídrica do Rio Paranoá, em virtude da abundância hídrica.

Entre as colônias agrícolas implantadas no cinturão verde do DF teve-se a CAK. Embora ela tenha sido instalada apenas em 1957 o seu planejamento (convite às famílias agrícolas, sobrevoo para o estudo e a definição da área) deu-se em 1956. As transformações espaciais resultantes do processo de urbanização de Brasília, no curso do tempo, no seu atual recorte administrativo, a CAK é parte representativa do todo rural que constitui a Colônia Agrícola Fazenda Sucupira, criada em fins da década de 1950, que está localizada no Riacho Fundo I, Região Administrativa XVII (RA XVII) criada pela Lei nº 620 de 1993 e o Decreto nº 15.514 de 1994 (SINJ DF, 2021).

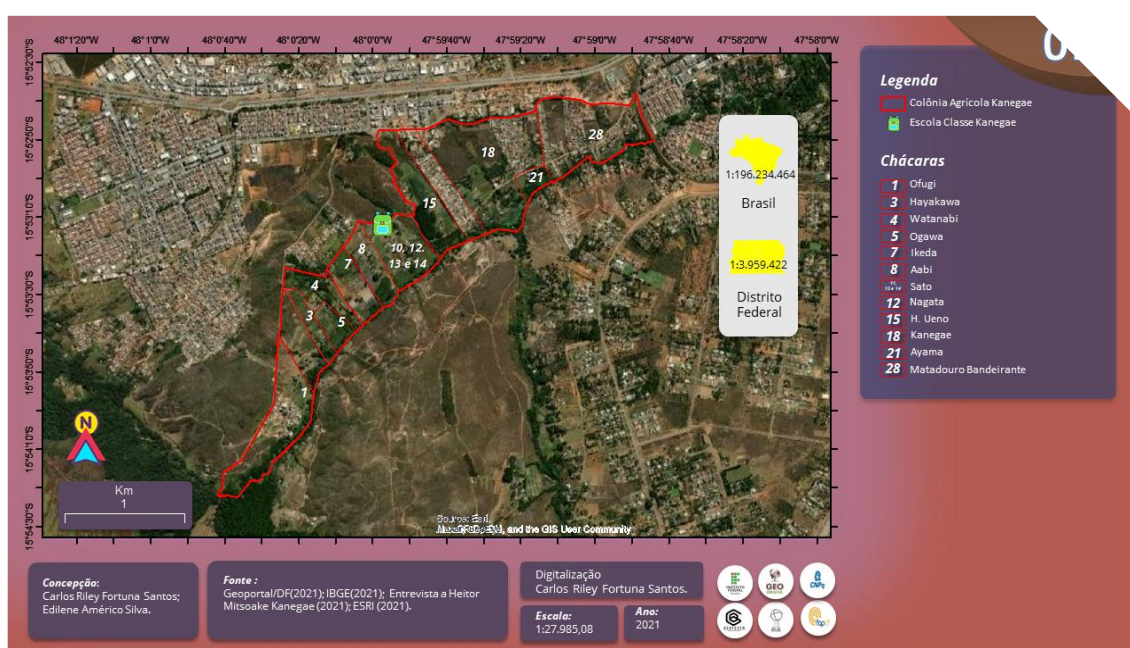
Pelo exposto, a implantação da CAK, em 1957, inseria-se na estratégia Estatal de construção de Brasília e justificava-se por ser território voltado à produção de alimentos para os moradores desta cidade. Neste ano, foram assentadas “cinco famílias de descendência japonesa – Kanegae, Hayakawa, Ogawa, Ikeda e Ofugi – vindas de Goiânia, Goiás” (Informação verbal)⁴. Estas famílias, primeiramente, migraram do estado de São Paulo para a zona rural, da capital goiana, onde viviam e produziam, nos moldes da agricultura familiar, especialmente hortaliças. O nome “Kanegae” foi dado em homenagem àquele que iniciou a ocupação na colônia agrícola, Yasutaro Kanegae. A figura 2 indica a localização e o limite da CAK.

⁴ Informação fornecida por “A”, morador da CAK em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em janeiro de 2021.



Conforme já assinalado, a análise do desenvolvimento espaço-temporal dos territórios produtivos da CAK, pelas famílias nipônicas, teve sua trajetória dividida em dois períodos: a Estruturação e a Consolidação. No primeiro (de 1957 a 1967), a dimensão temporal era marcada regionalmente pela construção de Brasília e de diversas estradas ligando a capital nacional a outras importantes zonas urbanas e econômicas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Salvador entre outros). Tinha-se a forte ação do Estado integrando o território nacional, pela interiorização da capital do país e a construção de redes materiais que inauguram um novo momento de modernização e reprodução do capital em escala nacional (CASTILHO, 2014).

Figura 2 - Usos territoriais da CAK. (1957 a 1967)



No quadro 1 observa-se que a taxa de crescimento populacional no DF foi bastante elevada, e superior a nacional, especialmente entre os anos 1960 e 1970. Esse aumento da população crescia junto com a demanda por habitação, educação, emprego, saúde e outras demandas que repercutiam na expansão e no adensamento urbano da capital da república, pondo em contradição a sua lógica de planejamento urbano.

Na escala local os principais eventos (episódios) que marcaram o período de Estruturação foram: o assentamento das cinco primeiras famílias nipônicas, em áreas contínuas, no fundo do vale da microbacia do Riacho Fundo, que drena o local, e é



constituente da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá (ADASA, 2016). O Estado concedeu apenas o direito de uso produtivo, mas não a posse legal da terra, às famílias nipônicas, que tiveram a cessão de, ao menos, um hectare de terra para produzir e viver. O tamanho de cada propriedade variava segundo o potencial agrícola do solo e a proximidade e acesso ao córrego Riacho Fundo, único fornecedor de água, na época.

Quadro 1 – Crescimento da população do DF e do Brasil: décadas de 1960 a 1990.

Ano	População do DF	Crescimento da população do DF (%)	População do Brasil	Crescimento da população do Brasil (%)
1960	140.165	-	66.302.271	-
1970	537.492	283,47	93.139.037	40,47
1980	1.176.935	118,96	118.562.549	27,29
1990	1.601.094	36,03	149.094.266	25,75
2000	2.051.146	12,57	171.279.882	6,17
2009	2.606.885	6,14	191.480.630	2,04

Fonte: Senado Notícias, acesso em 2021.

Os territórios produtivos foram estabelecidos nas áreas planas, lindeiras ao referido corpo hídrico, facilitando o acesso à água voltada à produção hortifrúti. Entre os anos de 1958 e 1967 teve-se a instalação das últimas oito famílias (parentes e conhecidos das famílias pioneiras) originárias do estado de São Paulo. Nesse período, os atores sociais eram as famílias japonesas que tinha no núcleo familiar a força de trabalho responsável por todas as tarefas vinculadas à produção e comercialização agrícola.

O modelo produtivo ocorria nos moldes da agricultura familiar. No período, as principais atividades que anteciparam a produção eram ligadas ao preparo do solo e à correção da sua acidez para o cultivo de hortifrúti, predominantemente de folhagens (couve, alface, rúcula, salsinha, cebolinha, entre outros tipos). Entrevista realizada indicou que o cultivo deste gênero passava por técnicas rudimentares como o uso do arado de tração animal e a “irrigação por superfície”⁵ cuja fonte hídrica, o córrego Riacho Fundo, supria a necessidade de consumo hídrico de todas as famílias locais.

⁵ Método no qual a distribuição da água ocorre por gravidade através da superfície do solo.



A produção de hortifrútiis, principalmente as folhagens, atendia ao autoconsumo, mas havia outra finalidade central, a comercialização na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante, RA VIII) que na época, era ponto de chegada para os imigrantes e também assentamento provisório aonde viviam centenas de trabalhadores, da construção civil, das obras da futura capital. Para a sua reprodução social esse público precisava, diariamente, de diversos produtos além dos gêneros alimentícios. Parte destes eram fornecidos pela CAK que em 1963 criou a Cooperativa Agrícola Mista de Brasília então instalada na Cidade Livre, distante apenas 2km da CAK (a figura 3 indica a inauguração da Cooperativa).

Figura 3 - Cooperativa Agrícola Mista de Brasília (1963).



Fonte: Arquivo particular Kanegae, H. (2021).

Participavam também dessa cooperativa mais comunidades nipônicas de outras Colônias Agrícolas situadas no cinturão verde de Brasília. Esta Cooperativa permitiu um significativo aumento da produção da CAK, em virtude da organização e ampliação da comercialização. No contexto territorial da CAK ocorreu a utilização de insumos mais modernos – como maquinário, adubos e fertilizantes –, e a melhoria na gestão e no fluxo da comercialização.

Com o aumento da produção, houve uma alteração na composição social interna da CAK. Para atender à crescente demanda produtiva, passou a existir a necessidade de ampliar a força de trabalho na agricultura, para além do núcleo familiar nipônico. Com isto, novos atores sociais, em maioria, originários de áreas rurais da Bahia, foram inseridos no processo produtivo como trabalhador assalariado.



Essas famílias chegavam atraídas pelo trabalho crescente na construção civil da futura capital e que resultasse em melhores condições de vida. Com baixa formação escolar e pouca qualificação técnica, nem sempre logravam êxito e em um segundo momento, as atividades rurais, nas colônias agrícolas e dos núcleos rurais nos cinturões verdes, tornava-se uma atraente oportunidade. Isso porque a principal característica destes grupos era, justamente, o vínculo com o meio rural, na região de onde se originavam. Na CAK as famílias contratadas vinham especialmente do oeste baiano.

Diante de um contexto de aumento da população intrarural, em 1962 iniciou-se a construção da Escola Rural Kanegae, hoje com nome de Escola Classe Kanegae. Embora as obras tenham iniciado naquele ano, somente em 1969 começaram as atividades escolares. Este evento é determinado, especificamente, pela quantidade de crianças e jovens, filhos e netos das famílias japonesas, que necessitavam de uma escola próxima ao local de moradia. Deve-se lembrar que, naquele momento, a RA Riacho Fundo I ainda não tinha sido criada e o acesso à escola, devido à distância e dificuldade de transporte, era um limite para a educação de crianças e jovens.

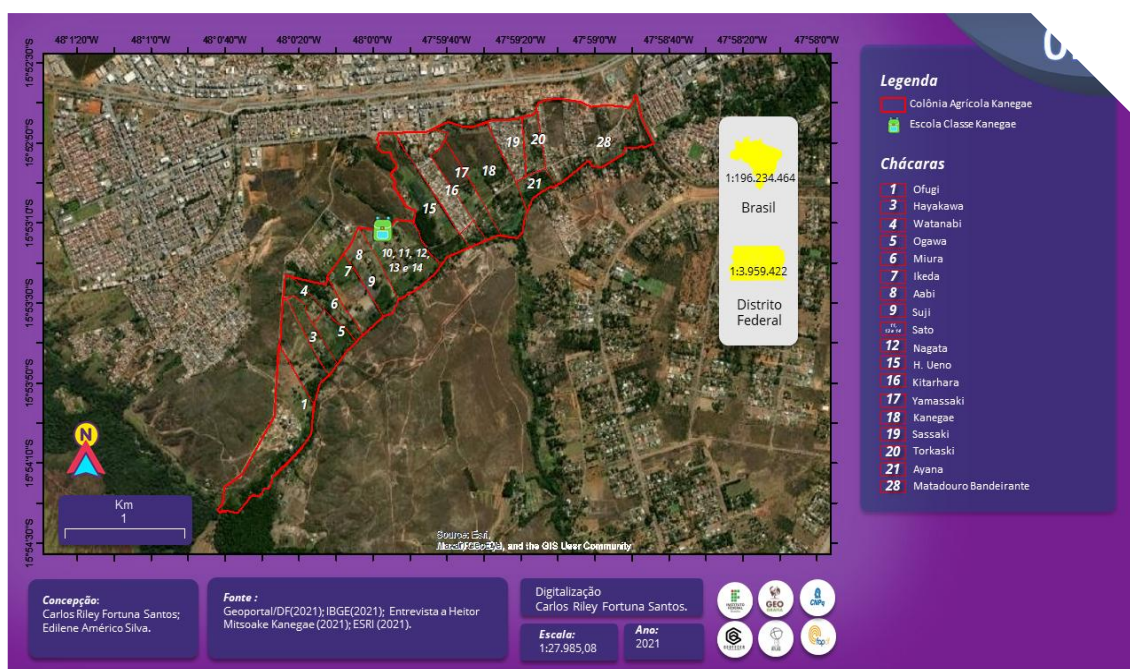
O segundo período, de 1967 a 1987, marcou a Consolidação, do espaço intrarural da CAK. Como eventos teve-se o avanço de métodos agrícolas, ambientalmente, mais sustentáveis pela utilização de curvas de nível, rotação de terras e de culturas. A comunidade obteve, junto ao poder público, a instalação de um poço e em seguida, nos anos de 1980, a implantação de um canal de irrigação, localizado estrategicamente na porção mais alta dos territórios produtivos, em posição oposta à do riacho, o que facilitou o acesso a água durante todo o ano, independente da baixa vazão hídrica sazonal até então realidade da bacia hídrica do Riacho Fundo (a figura 4 mostra os usos territoriais da CAK no período de 1967 a 1987).

Desta forma abandonou-se a irrigação por gravidade e passaram a ser utilizados novas técnicas que envolviam a instalação de motores, tubulações e equipamentos para aspersão e distribuição hídrica. Nesse novo cenário o trabalho no campo tornou-se menos árduo e duro para os atores sociais envolvidos na agricultura familiar da CAK.

Teve-se a compra de maquinário, de adubos e de fertilizantes o que repercutiu no aumento da produção agrícola exigindo melhoria na gestão dos negócios e novos espaços de comercialização. Além da Cooperativa Mista de Brasília, que já existia, foi criada

também, em 1986, a Associação de Produtores Hortifrúti do Riacho Fundo, que na prática era uma organização comunitária constituída apenas por famílias produtoras da CAK.

Figura 4: Usos territoriais da CAK (1967 a 1987).



Essa instância tinha como objetivo planejar a expansão da produção agrícola bem como abrir novos canais de comercialização para essa produção crescente. As ações coletivas geradas repercutiram no acesso e uso: de maquinários mais modernos; de adubos e fertilizantes; na melhoria da gestão e do fluxo da comercialização, com o início da venda da produção na CEASA (Centrais de Abastecimentos do Distrito Federal). A sede desta Associação é na Escola Classe Kanegae e na atualidade o coletivo encontra-se desmobilizado (Mapa 2).

Um dado importante é que partir de 1987 aumentou a quantidade de imigrantes que se dirigiam às chácaras da CAK em busca de trabalho nas lavouras, conforme já citado. Eles se originavam principalmente de áreas rurais do oeste baiano onde viviam de atividades vinculadas ao campo. No contexto da CAK, em um futuro próximo, eles passarão a ter importante protagonismo. Em virtude do envelhecimento dos chefes das famílias nipônicas, com o crescimento dos descendentes e a sua saída das atividades rurais, para estudar e fazer faculdade, passou a existir demanda por mão de obra nas



lavouras. Tal realidade abriu protagonismo para que os migrantes nordestinos se tornassem, trabalhadores assalariados, e até mesmo arrendatários ou meeiros, de algumas propriedades.

Conforme indicado, no presente estudo tem-se apenas alguns resultados parciais. E frente a isso, é crucial o registro de que ao longo de tanta anos, correspondentes à Estruturação (1957 a 1967) e Consolidação (1967 a 1987) territorial da CAK, a dinâmica urbana de Brasília era crescente e movida, especialmente, pela demanda social frente ao aumento populacional.

A população que veio trabalhar na construção da cidade, após a finalização das obras, aqui permaneceu; e somado a essa vieram mais centenas de outras pessoas atraídas pela possibilidade de melhores condições de vida. Esse contingente populacional não cabia no Plano Piloto, simetricamente desenhado e planejado para abrigar a administração pública, seus agentes e servidores públicos dos diversos escalões. Tal realidade exigiu dos governos seguintes a criação de políticas públicas voltadas à construção de moradias populares em novas áreas mais afastadas da borda imediata da Capital da República. Dava-se origem então às Cidades Satélites ao que hoje são denominadas de Regiões Administrativas (RA).

Nesse contexto, a RA do Riacho Fundo I, foi criada em 1993 pela Lei nº 620/93 e o Decreto nº 15.514/94 (SINJ DF, 2021), para abrigar parte dos moradores da Vila Telebrasília. Essa ocupação surgiu, em 1956, para abrigar os funcionários da construtora Camargo Corrêa, que atuavam nas obras da nova Capital. Destarte, dezenas de famílias foram transferidas para o Riacho Fundo I e a repercussão dessa instalação gerou significativas alterações na dinâmica territorial da região. Em 1987, o total da área construída no local era de 0,97%, enquanto que em 2007, este índice saltou para 26,69% (CODEPLAN, 2017). Com esse exemplo, configura-se o avanço da urbanização de Brasília que nos anos seguintes passou a engolir parcelas dos territórios produtivos da agricultura familiar, na CAK.

Hoje estão instalados cerca de oito condomínios com casas de alto padrão onde mora uma população que trabalha em Brasília. Essas áreas, até os anos de 1987, majoritariamente eram ocupadas por chácaras que produziam alimentos voltados ao abastecimento da população da Capital Federal. A presença dessa população aquece o



comércio local e estimula a instalação de novas estruturas urbanas voltadas ao atendimento de suas demandas. Esses condôminos reivindicam, junto à gestão pública do DF, a transformação da CAK em área urbana.

No Plano de Desenvolvimento Territorial do DF (Lei Complementar nº 803, de 25 de Abril de 2009) a CAK está enquadrada em uma Macrozona Rural, especificamente como Zona Rural de Uso Controlado. A esta é indicado a “necessidade de maior controle do uso e ocupação do solo, devido às restrições decorrentes de sua sensibilidade ambiental e da necessidade de proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água da população (SEDUH, 2009. p. 161). Embora o estabelecido nessa normativa, a ocupação urbana na CAK só avança, independente da sua sensibilidade ambiental.

Em uma macrozona deste tipo, o uso do solo precisa considerar os elementos da sustentabilidade ambiental, de modo a garantir a manutenção dos diversos agrossistemas (SEDUH, 2009. p. 162). Além disso, ela deve incentivar sistemas de produção orgânica, coibir o parcelamento irregular de glebas rurais, adotar medidas de controle ambiental, de preservação dos recursos hídricos, de conservação do solo e de estradas e de controle de erosão, além de precisar controlar o emprego de fertilizantes e agrotóxicos (LC 854/2012).

De acordo com o Documento Técnico do PDOT do Distrito Federal (2009), a CAK está localizada em Zona importante para a manutenção das condições ecológicas da bacia do lago Paranoá, ao que requer a preservação e conservação das áreas remanescentes de vegetação nativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises e considerações tecidas evidenciou-se que a CAK é parte de um processo de planejamento territorial da área rural de Brasília, que surgiu junto com a criação da capital, no contexto de uma proposta de desenvolvimento rural baseada na criação de núcleos rurais e colônias agrícolas. Essas unidades produtivas constituíram os cinturões verdes, os quais, instalados ao redor da nova capital federal, tiveram o papel de prover o abastecimento alimentício da sua população.



A investigação indicou que a implantação da CAK teve relevante papel na produção de alimentos, também para Brasília, e na reprodução social das famílias originárias de agricultores. No período de Estruturação (1957 a 1967) o assentamento das cinco primeiras famílias, de origem japonesa, está ligado ao fato de elas dominarem a técnica da agricultura em solos de baixa qualidade produtiva, com o uso de técnicas produtivas simples (irrigação por gravidade, uso do arado de tração animal) e a produção estava voltada para a subsistência e para a comercialização na Cidade Livre.

A estruturação contou ainda com os eventos de: estruturação da agricultura familiar como atividade econômica principal em torno da qual toda a vida comunitária era desenvolvida; criação da Cooperativa Agrícola Mista de Brasília que ampliou e dinamizou a produção e a comercialização agrícola; e da Escola Rural Kanegae como espaço de educação para os filhos dos agricultores.

Já no período de Consolidação (1967 a 1987) teve-se os territórios produtivos consolidados pelo assentamento do total de treze famílias organizadas e dedicadas ao aumento da produção agrícola com novos canais de comercialização. Esse fato indicou a necessidade de mais força de trabalho adicionada sob a forma de trabalhador assalariado, em maioria nordestinos, originados de áreas rurais da Bahia.

A migração destas famílias coincide com a expansão do agronegócio, no oeste baiano, especialmente, após a década de 1970. Para Santos (2016), a região do oeste da Bahia vem experimentando, no citado período, um grande surto de crescimento econômico fruto da dinâmica dos novos arranjos territoriais do capitalismo global representado pelo agronegócio.

Outro evento na CAK foi o aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, da organização produtiva e da consequente comercialização impulsionados pela construção do canal de irrigação e da criação da Associação dos Produtores de Hortifrúti do Riacho Fundo.

Entende-se que o objetivo inicial desse estudo foi alcançado. Realizou-se a investigação da trajetória socioespacial da CAK por meio da análise das dimensões temporal e espacial, identificando-se os elementos e os episódios significativos que contribuíram na sua Estruturação e Consolidação.

O desafio agora é avançar na investigação da trajetória socioespacial da CAK, até o ano de 2020, de modo que os resultados obtidos possam repercutir positivamente no sentido de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à manutenção dos



territórios produtivos da agricultura familiar, com resposta também ao controle do avanço da urbanização no local.

REFERÊNCIAS

ADASA. Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. **Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal - Relatório Síntese**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2012.

ALBUQUERQUE, J. P. C. de;. **COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL**. Relatório anual. Rio de Janeiro: s.n,1955. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>. Acesso em 28. jan. 2021.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios**. Brasília, 2015.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. **A técnica da entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre – RS. Vol. 9, p.143 – 159. 1998.

DERNTL, M. F. **Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-146, Abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11. dez. 2020.

FERREIRA, J. da S. R., SILVA, E. A. e SANTOS, C. R. F. O desenvolvimento da agricultura familiar na Colônia Agrícola Kanegae, Riacho Fundo I/DF: caracterização dos territórios produtivos e dos atores sociais envolvidos. In.: **XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO. Anais...** Rio Claro, UNESP. Virtual. Acesso em: <https://cboeunesp.wixsite.com/cboe>.

FERREIRA, L. C. G. **A paisagem regional na Microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao agronegócio sucroenergético**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PINTO, J. V. C. **Fragmentação da metrópole: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, L. A. **Modernização e diferenciação social: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

SANTOS, M. A natureza do espaço - Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: edUSP, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4ª Edição, 1998.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Rita de Cássia Evangelista dos. **A apropriação do cerrado baiano pelo agronegócio: novos usos do território e as mudanças socioeconômicas e socioespaciais**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 20, p. 8-17, 2016.



SEDUH. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial - Documento técnico**. Brasília: 2009.

SENADO NOTÍCIAS. **Crescimento da população do DF e do Brasil: décadas de 1960 a 1990**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not01.asp>. Acesso em 10 nov. 2021.

SINJ DF. **Sistema Integrado de Normas Judiciais do Distrito Federal**. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48579/Lei_620_15_12_1993.html Acesso em 10 nov. 2021.

SOJA. E. W. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução (da 2ª edição inglesa) Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 1993.

Harvey, D. (1985a), **The Urbanization of Capital**. Baltimore, Johns Hopkins University Press; e Oxford, Basil Blackwell.

SINJ DF. Sistema Integrado de Normas Judiciais do Distrito Federal.
http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48579/Lei_620_15_12_1993.html

Fonte Oral

“A” (Morador da Colônia Agrícola Kenegae). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Riacho Fundo/DF, janeiro de 2021.